

PERDIDOS NOS LABIRINTOS DAS ESCOLHAS: (IN)DECISÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

LOST IN THE MAZES OF CHOICE: (IN)DECISIONS IN CONTEMPORARY SOCIETIES

Paulo Jorge SANTOS

Faculdade de Letras, Universidade do Porto

pjsantos@sapo.pt

Resumo

As sociedades contemporâneas obrigam os indivíduos a efetuarem um número crescente de escolhas em múltiplos domínios da sua existência, nomeadamente ao nível dos padrões de consumo ou dos estilos de vida. Decisões que em tempos passados eram fortemente condicionadas por autoridades externas, como o Estado, a igreja ou a família, passaram agora para a esfera individual. Esta alteração ocorrida nas sociedades líquidas, para utilizar a conhecida expressão de Zygmunt Bauman, pode ser interpretada como uma ampliação da esfera da autodeterminação e da liberdade humanas. Todavia, como iremos sustentar, com base em estudos da área da psicologia, a multiplicação de escolhas e das concomitantes decisões conduz, em muitas circunstâncias, à ansiedade e à paralisia no processo decisional, à insatisfação com as opções escolhidas e à própria segurança ontológica dos indivíduos. Todavia, a forma como este impacto negativo se faz sentir depende, pelo menos em parte, de aspetos relacionados com o desenvolvimento psicológico dos indivíduos, nomeadamente com as experiências que são estabelecidas com as figuras parentais em idades precoces. E estas experiências, por sua vez, não ocorrem num vácuo social. Os contextos específicos onde as populações mais marginalizadas se movimentam, marcadas por níveis de incerteza mais elevados, nomeadamente em termos de emprego e dos rendimentos, desempenham um papel relevante na dificuldade acrescida em construir estruturas psicológicas que permitem lidar com sucesso com as tarefas desafiadoras inerentes à vida social contemporânea, em particular com as escolhas com que os indivíduos se confrontam.

Palavras-chave: Escolha, sociedade líquida, insegurança ontológica, desenvolvimento psicológico.

Abstract

Contemporary societies force individuals to make a growing number of choices in multiple areas of their existence, particularly in terms of consumption patterns or lifestyles. Decisions that in the past were strongly conditioned by external authorities, such as the State, the church, or the family, have now shifted to the individual sphere. This change in liquid societies, to use Zygmunt Bauman's well-known expression, can be interpreted as an expansion of the sphere of human self-determination and freedom. However, as we will argue, based on studies in the field of psychology, the multiplication of choices and their concomitant decisions have led, in many circumstances, to anxiety and paralysis in the decision-making process, dissatisfaction with the options chosen, and even affect the individuals' sense of ontological security. However, the way this negative impact is felt depends, at least in part, on aspects related to the psychological development of individuals, namely the experiences with parental figures at an early age. Furthermore, these experiences do not occur in a social vacuum. The specific contexts in which the most marginalized populations live are marked by higher levels of uncertainty, particularly in terms of employment and income. They play a relevant role in the increased difficulty in building psychological structures that help individuals deal successfully with the challenging tasks of contemporary social life, and especially with the choices they have to face.

Keywords: Choice, liquid society, ontological insecurity, psychological development.

1- Introdução

Nas últimas décadas as sociedades contemporâneas têm sofrido um vasto conjunto de transformações ao nível social, económico, político, cultural e tecnológico. Indivíduos, grupos, instituições e países são objeto de forças poderosas que impelem a uma mudança mais ou menos permanente sem que seja possível uma ancoragem estabilizadora que outrora parecia garantir alguma segurança e previsibilidade sociais. Para vários autores estas alterações são de tal modo profundas que configuram uma nova forma de constituição das sociedades, um movimento que questiona o próprio projeto de modernidade em que estas se filiam. A modernidade caracteriza-se por um conjunto muito amplo de alterações das normas, instituições e organizações sociais que as sociedades europeias vivenciaram após o final da Idade Média, que se aprofundaram no decurso do Renascimento e do Iluminismo e que ganharam um renovado ímpeto no decurso da Revolução Industrial. Assistimos neste período a uma emancipação do indivíduo face à tradição e aos costumes, religiosos e seculares, que se consubstancia na sua elevação a uma nova categoria social, com direitos e deveres associados. De igual forma, constata-se o aparecimento e consolidação de novas formas de regulação social, com o nascimento e fortalecimento dos Estados-Nação, que asseguram a gestão de um determinado território, nomeadamente ao nível da sua segurança, administração da justiça e do monopólio da violência, e com o nascimento de um sistema – o mercado – que regula os processos de troca e comercialização de bens e serviços. Todas estas mudanças fundamentam-se na razão, que subjaz ao nascimento e consolidação da ciência moderna e da tecnologia, mas de igual forma às diversas conceções de transformação e progresso social, nomeadamente as de natureza política (Silva, 2002).

Para Jean-François Lyotard (1989) as metanarrativas subjacentes à modernidade (emancipação, progresso, desenvolvimento, etc.) ter-se-iam esgotado. Nas suas próprias palavras “(...) o “pós-moderno” é a incredulidade face às metanarrativas” (p. 12). As sociedades contemporâneas, que no plano económico são sociedades pós-industriais, teriam entrado, desde os finais da década de 50, na pós-modernidade. Esta seria caracterizada pelo abandono de critérios abstratos de verdade e de justiça, subjacentes ao processo de investigação científica e de transformação social, sendo substituídos por critérios de performatividade relacionados com jogos de linguagem, no sentido wittgensteiniano, que fazem sentido em contextos locais e não universais.

Alguns autores não subscrevem a tese de Lyotard, embora reconheçam que a paisagem das sociedades contemporâneas tenha vindo a sofrer mudanças substanciais. Zygmunt Bauman (2000, 2001, 2017), por exemplo, recorreu à metáfora da *liquidez* para dar conta das transformações que a primeira fase da modernidade tem vivenciado. Atualmente as estruturas sociais, instituições, estilos e percursos de vida já não se caracterizam pela estabilidade e solidez de outrora, mas sim pela elevada fluidez e mutabilidade, o que faz com que seja muito mais difícil e desafiante ancorar o desenvolvimento de projetos de vida uma vez que a solidez dos elementos estruturantes das sociedades (Estado, família, religião, ideologia, etc.) sofreram uma acentuada erosão e já não servem de referência, como no

passado, para estruturar o devir humano. A vida social é hoje muito mais imprevisível e incerta do que no passado, sendo possível afirmar que a única certeza nas sociedades ocidentais atuais é uma condição de incerteza permanente.

Assistimos, igualmente, a um processo crescente de individualização dos percursos biográficos que cada pessoa é obrigada a trilhar. Nas palavras de Santos (2017) se a “criação do indivíduo pode ser considerada uma marca incontornável da modernidade, a individualização constitui uma dimensão extrema desta tendência, tendo emergido da crise das estruturas e dos processos sociais que enquadravam o comportamento individual e social no decurso da primeira modernidade. Os indivíduos ganharam maior liberdade de escolha em virtude da erosão dos valores tradicionais e do declínio das referências sociais da primeira fase da modernidade (p. 92). Presentemente eles têm que evidenciar um conjunto de características pessoais – resiliência, empreendedorismo, flexibilidade, tolerância face à incerteza – para poderem ter sucesso em sociedades caracterizadas pela imprevisibilidade, descontinuidade e fragmentação.

2- A onnipresença da escolha

Uma das características mais pregnantes do processo de individualização que atrás referimos é o crescimento exponencial de escolhas com que os indivíduos são confrontados e às quais não se podem furtar. Comparando com o que se passava há poucas décadas atrás, o número de decisões com que as pessoas lidam diariamente é verdadeiramente avassalador. Tal como afirma Rosenthal (2005) a “escolha está em todo o lado. Afeta profundamente as nossas vidas. Comparados com os nossos antepassados (...) nós temos mais coisas para escolher e gerir. Assim, não é surpresa afirmar que a presença da escolha e das complexidades resultantes da tomada de decisão constituem uma parte central das nossas vidas. (...) Em síntese, a escolha transformou não apenas *como vivemos*, mas também como pensamos e quem nós somos. É a influência da escolha que recentemente – desde 1970, se tivermos que escolher um ano – nos separa de quem costumávamos ser (p. 1, itálico no original)”.

Ao nível do consumo quotidiano, num supermercado, por exemplo, o número de produtos cresceu de uma forma substancial. Um simples artigo como a batata, que antigamente era vendido sem nenhuma variante, pode agora ser escolhido como batata para cozer, batata para assar, batata vermelha, batata branca ou batata biológica. E o número de exemplos poderia ser facilmente multiplicado *ad infinitum*. Ainda no campo do consumo, os *shoppings centers*, outrora catedrais do consumo de massas, que vieram substituir os estabelecimentos comerciais que se situavam em determinadas zonas urbanas, estão a desaparecer para dar lugar às compras online onde o número de alternativas é ainda maior (Rigby, 2011).

Ao nível cultural as alternativas multiplicaram-se a um nível inimaginável até há pouco anos atrás. Já não é necessário esperar pelo dia e hora em que um determinado canal de televisão irá exibir um filme que gostaríamos de ver (e este cenário pressupõe a existência de vários canais alternativos), ou

alugar um filme num clube de vídeo. Canais mais generalistas ou mais especializados disponibilizam milhares de filmes e de documentários para visualização imediata. E o mesmo sucede com a música. A sua venda em suporte físico serve um mercado residual, enquanto que as grandes empresas de *streaming* fornecem uma quantidade infindável de artistas e bandas que até há poucos anos seria de todo impensável.

Mas não é somente ao nível do consumo que a escolha permeou a vida social contemporânea de uma forma indelével. Os estilos de vida são agora múltiplos, fluídos e mutáveis. O processo de construção da identidade, outrora definido como a principal tarefa psicossocial da adolescência (Erikson, 1968), estende-se agora a um novo estágio de desenvolvimento, a adultícia emergente (Arnett, 2004). Os indivíduos perderam os referenciais que antigamente estruturavam o percurso de construção identitária, como a escolha de uma profissão, a opção por uma ideologia política ou religiosa e por papéis familiares (ver Marcia, 1966; Marcia & Archer, 1993).

Não só as alternativas de escolha se multiplicaram de uma forma impressionante, como a capacidade de decisão surge em idades cada vez mais precoces. Se é certo que algumas escolhas são agora decididas mais tarde do que no passado, como as relacionadas com a entrada no mundo do trabalho, outras, que dantes se encontravam na esfera de autoridades externas, como a igreja, a família ou o Estado, passaram para o controlo dos indivíduos e são realizadas cada vez mais cedo (Santos, 2017; Tedesco, 1999). É necessário ter em conta, contudo, que as opções de escolha não se encontram igualmente distribuídas pelos diferentes grupos sociais. De facto, elas dependem de variáveis diversas, das quais o rendimento disponível será, seguramente, uma das mais relevantes. A classe social de pertença desempenha um papel incontornável no acesso às escolhas de todo o tipo com que somos confrontados.

Numa primeira análise poderíamos concluir que esta evolução evidencia um progresso na autonomia e liberdade humanas. Se existem mais alternativas que as pessoas podem escolher em múltiplas áreas das suas vidas, então em princípio seria possível encontrar mais facilmente aquelas que melhor servem os seus interesses e objetivos. Todavia, a investigação tem vindo a evidenciar que o crescimento de opções não se faz sem custos associados. Quando se alarga o leque das escolhas é inevitável que o processo de decisão demore mais tempo porque se torna necessário processar mais informação. Nalguns casos, como veremos posteriormente, isto conduz alguns indivíduos à paralisia decisional. Simultaneamente, o grau de satisfação com a opção escolhida tende a decrescer porque esta é contrastada com todas aquelas que foram descartadas e que potencialmente poderiam ser uma melhor escolha (Markus & Schwartz, 2010; Schwartz, 2000, 2004).

Vejamos um exemplo concreto de uma investigação conduzida por Iyengar e Lepper (2000), considerada um clássico no seu domínio, constituída por três estudos em que se analisou a relação entre o número de alternativas, a motivação para escolher uma delas e a satisfação com a escolha. Num desses estudos os clientes de um supermercado eram confrontados com duas mesas que publicitavam

compotas que podiam ser saboreadas. Numa das mesas existiam 6 sabores de compotas e noutra 24. A todos os clientes que se aproximaram da mesa era-lhes oferecido um cupão de desconto na compra de uma compota. O que se verificou foi que um maior número de clientes parava na condição do maior número de compotas, mas não se verificou nenhuma diferença ao nível da percentagem das pessoas que as experimentavam. As diferenças entre as duas condições foram muito marcadas no que respeita à percentagem dos que efetivamente compraram uma compota aproveitando o desconto: perto de 30% dos que foram submetidos à condição de menor número de compotas efetivaram a compra, contra 3% dos que encontravam a mesa com mais compotas. Num outro estudo da mesma investigação os sujeitos eram confrontados com a tarefa de escolherem chocolates, num caso a partir de um conjunto de 6 e noutra a partir de uma amostra de 30. Depois de efetuarem a escolha a partir das suas designações e aparência, dois subgrupos da amostra (6 versus 30 chocolates) recebiam o chocolate que tinham escolhido. Posteriormente era-lhes comunicado que a sua participação tinha terminado e que como retribuição no estudo poderiam receber um pagamento em dinheiro ou uma caixa de chocolates nesse valor. Os resultados evidenciaram que quando os sujeitos eram confrontados com um maior número de chocolates para avaliar consideravam essa tarefa mais difícil e frustrante. Os indivíduos que avaliaram um menor número de chocolates foram os que se sentiram mais satisfeitos com as suas escolhas e os que aceitaram em maior número uma caixa de chocolates como pagamento da sua participação no estudo.

3- Processo de escolha e características individuais

Se, como vimos anteriormente, ainda que de forma breve, que o aumento do número de alternativas ao nível das escolhas conduz a uma dificuldade acrescida de decisão e de insatisfação com as opções escolhidas, torna-se necessário ter em conta que nem todos os indivíduos são igualmente afetados por esta situação. A investigação na área da psicologia identificou diferenças individuais que desempenham um papel relevante neste contexto. Norman Schwartz (2004) caracterizou dois grupos distintos de indivíduos que se diferenciam quando se confrontam com a necessidade de efetuarem escolhas e de lidarem com as alternativas disponíveis. Um grupo de sujeitos, designados de *satisficers*, analisa as opções que tem pela frente, escolhe uma delas a partir de um conjunto de critérios que definiu previamente e finaliza dessa forma o processo. Em contraste, os *maximizers* pensam constantemente em encontrar a melhor escolha, mesmo quando se deparam com uma alternativa que lhes agrada, o que prolonga consideravelmente o tempo de decisão, e tendem a ruminar sobre a decisão tomada e se esta foi de facto a melhor alternativa.¹ Os primeiros tendem a usar atalhos nos seus processos de decisão e contentam-se com a opção que atinge um limiar de aceitabilidade. Os segundos envolvem-se num processo de procura de mais informação para tentar encontrar a alternativa perfeita. O que a investigação demonstrou foi que os *maximizers* evidenciaram níveis mais baixos de satisfação com a

¹ Optámos por não traduzir os termos utilizados pelo autor por ser difícil encontrar equivalentes em português para os mesmos.

vida, de felicidade, de otimismo e níveis mais elevados de depressão. Embora estes resultados sejam de natureza correlacional, não sendo possível, por isso, estabelecer relações de causalidade, eles demonstram que para uma parte das pessoas o aumento das possibilidades de escolha traduziu-se em maiores níveis de desajustamento psicológico.

Um outro domínio que tem sido objeto da investigação psicológica nos últimos anos é da caracterização dos indivíduos que têm dificuldades em efetuar decisões, um tópico que conheceu um desenvolvimento significativo a partir de meados dos anos 90. O mapeamento das características dos indecisos crónicos teve origem em duas áreas da psicologia distintas que raramente se cruzaram: a psicologia da carreira e a psicologia clínica. No primeiro caso os investigadores centraram a sua atenção nas dificuldades de escolha vocacional que radicavam numa incapacidade mais geral em efetuar escolhas, designada de indecisão crónica, indecisão generalizada ou indecisividade (Santos, 2007). No segundo caso, o esforço de investigação centrou-se na associação entre a dificuldade em fazer escolhas e em determinados quadros psicopatológicos, com especial relevância para a perturbação obsessiva-compulsiva (Rassin, 2007).

À semelhança do que sucede na investigação a que atrás fizemos referência os indecisos crónicos evidenciam um conjunto de características psicológicas negativas, como níveis mais elevados de ansiedade e de *locus* de controlo externo e mais baixos de autoestima, de definição ao nível da identidade e de autonomia face às figuras parentais (Santos, 2001, 2007; Santos et al., 2014). De igual forma, a dificuldade em tomar decisões parece constituir-se como um traço estável que permeia os processos de escolha com que os indivíduos são crescentemente confrontados (Germeijs et al., 2006). O facto de algumas psicopatologias surgirem associadas à indecisão crónica não permite estabelecer umnexo causal entre doença mental e dificuldades em efetuar escolhas porque parece ser relativamente seguro que uma parte significativa dos indecisos crónicos não apresentam sinais de perturbação mental (Santos, 2007).

A questão que devemos agora colocar é a razão por que, desde há aproximadamente 25 anos, se assistiu a um desenvolvimento significativo da investigação sobre a indecisão crónica e sobre as consequências negativas associadas indivíduos *maximizers* a que já fizemos referência. Encontrámo-nos ainda no domínio das respostas provisórias que assumem, que fique claro, uma interpretação algo especulativa. Schwartz (2004) sustenta que a proliferação das escolhas no mundo contemporâneo poderá potenciar o aparecimento de indivíduos *maximizers*. De igual forma, é nossa convicção que o aumento de alternativas na nossa vida quotidiana aumenta as dificuldades associadas à escolha, mas que alguns indivíduos as experienciam de forma particularmente intensa. Salecl (2010) afirma que quando a escolha se tornou tão omnipresente e quando a responsabilidade de optar por uma má alternativa parece uma possibilidade real, refugiar-se na indecisão parece oferecer algum tipo de proteção relativamente a um possível arrependimento que a escolha possa provocar. Como atrás

afirmamos a expansão das decisões impacta significativamente a generalidade das pessoas nas sociedades contemporâneas, mas nem todas parecem ser afetadas de igual forma.

É nossa convicção que as experiências que a criança estabelece com os seus cuidadores poderá desempenhar um papel relevante neste âmbito. Não deixa de ser relevante que no campo da sociologia existem autores que têm vindo a chamar a atenção para a relação entre a qualidade destas relações e o funcionamento social dos indivíduos. Anthony Giddens (1996) salientou a importância que se estabelece entre uma relação de confiança e o da segurança ontológica das pessoas. Segundo este autor os indivíduos que conseguem ter um comportamento adaptado face aos inevitáveis desafios com que são confrontados “recebem uma inoculação emocional que os protege contra as ansiedades ontológicas a que todos os seres humanos estão potencialmente sujeitos. O agente desta inoculação é a primeira figura protetora da infância: a mãe, para a grande maioria das pessoas” (p. 65). Para Peter Marris (1996), a vinculação experimentada na infância e adolescência afeta de forma profunda a sensação da segurança/insegurança dos indivíduos. No entanto, ele salientou que a possibilidade de desenvolver uma vinculação segura aos adultos cuidadores não pode ser desligada de fatores sociais. Nos grupos mais vulneráveis, isto é, aqueles que não vivem num bairro seguro, que não usufruem de um rendimento estável, com menos liberdade de ação e autonomia, os pais/mães têm mais dificuldades em desenvolver vinculações seguras com seus filhos/as. Nas suas palavras: “Para os mais desfavorecidos, tudo é instável - emprego, família, abrigo, a intervenção dos serviços sociais - e isso (...) é uma consequência da forma como os outros, mais afortunados, têm sido capazes de manobrar, deslocando a carga cumulativa de incerteza sobre os mais os mais fracos” (p. 88).

Embora a investigação sobre a qualidade das relações entre adultos cuidadores e crianças e a facilidade em tomar decisões seja muito escassa, existe alguma evidência empírica que sustenta que uma vinculação segura relativamente às figuras parentais aumenta a confiança e a capacidade no processo decisional (ver Emmanuelle 2009; Santos, Gonçalves, & Canário, 2022).

4- Conclusão

Vivemos num tempo de uma inimaginável quantidade de escolhas com que somos confrontados quase diariamente. Julgamos ter demonstrado que, contrariamente a uma impressão inicial, esta expansão não surge sem um custo associado. Embora nem todos sejam afetados pelo crescimento exponencial das opções que têm que escolher da mesma forma, antes do mais porque a classe social de pertença condiciona fortemente as escolhas individuais, parece resultar claro da investigação que um subgrupo de indivíduos tem dificuldades em orientar-se perante este novo cenário social. Como tivemos a oportunidade de argumentar, é possível que determinadas experiências na infância possam desempenhar um papel relevante na maior ou menor facilidade em lidar com o processo decisional, mas torna-se necessário reforçar a investigação neste campo ainda pouco explorado.

5- Bibliografia

- ARNETT, J. (2004). *Emerging adulthood*. New York: Oxford University Press.
- BAUMAN, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Z. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Z. (2017). *A arte da vida*. Lisboa: Relógio D'Água.
- EMMANUELLE, V. (2009). Inter-relationships among attachment to mother and father, self-esteem, and career indecision. *Journal of Vocational Behavior*, 75(2), 91-99.
- ERIKSON, E. (1968). *Identity: Youth and crisis*. New York: Norton.
- GERMEIJS, V., VERSCHUEREN, K., & SOENENS, B. (2006). Indecisiveness and high school students' career decision-making process: Longitudinal associations and the mediational role of anxiety. *Journal of Counseling Psychology*, 53(4), 397-410.
- GIDDENS, A. (1996). *As consequências da modernidade* (3ª ed.). Oeiras: Celta.
- IYENGAR, S. S., & LEPPER, M. R. (2000). When choice is demotivating: Can one desire too much of a good thing? *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(6), 995-1006.
- LYOTARD, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- MARCIA, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3(5), 551-558.
- MARCIA, J. E., & ARCHER, S. L. (1993). Identity status in late adolescence: Scoring criteria. In J. E. MARCIA, A. S. WATERMAN, D. R. MATTESON, S. L. ARCHER, & J. L. ORLOFSKY (Eds.), *Identity: A handbook for psychosocial research* (pp. 205-240). New York: Springer-Verlag.
- MARKUS, H. R., & SCHWARTZ, B. (2010). Does choice mean freedom and well-being? *Journal of Consumer Research*, 37(2), 344-355.
- MARRIS, P. (1996). *The politics of uncertainty*. London: Routledge.
- RASSIN, E. (2007). A psychological theory of indecisiveness. *Netherlands Journal of Psychology*, 63(1).
- RIGBY, D. (2011). The future of shopping. *Harvard Business Review*, December. Disponível em <https://hbr.org/2011/12/the-future-of-shopping> [Acedido em 12 de janeiro de 2022]
- ROSENTHAL, E. C. (2005). *The era of choice*. Cambridge, MA: MIT Press.
- SALECL, R. (2010). *Choice*. London: Profile.
- SANTOS, P. J. (2001). Predictors of generalized indecision among Portuguese secondary school students. *Journal of Career Assessment*, 9(4), 381-396.
- SANTOS, P. J. (2007). *Dificuldades de escolha vocacional*. Coimbra: Almedina.
- SANTOS, P. J. (2017). Em busca da narrativa perdida. In Helena Pina & Felisbela Martins (Eds.), *Grandes problemáticas do espaço europeu – Sociedade, economia e património num cenário tendente a uma maior coesão territorial* (pp. 90-102). Porto: FLUP.

SANTOS, P. J., FERREIRA, J. A., GONÇALVES, C. M. (2014). Indecisiveness and career indecision: A test of a theoretical model. *Journal of Vocational Behavior*, 85(1), 106-114.

SANTOS, P. J., GONÇALVES, C. M., & CANÁRIO, A. C. (2022). Psychological determinants of indecisiveness in Portuguese secondary school students. [Manuscrito submetido para publicação].

SCHWARTZ, B. (2000). Self-determination: The tyranny of freedom. *American Psychologist*, 55(1), 79-88.

SCHWARTZ, B. (2004). *The paradox of choice*. New York: HarperCollins.

SILVA, A. S. (2002). *Dinâmicas sociais do nosso tempo*. Porto: Editora UP.

TEDESCO, J. C. (1999). *O novo pacto educativo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.